

## EDITORIAL

### EDITOR'S NOTE

## O ESTÍGMA DA CORRUPÇÃO NA CULTURA BRASILEIRA

George Browne Rego<sup>1</sup>

Se é verdade que a história caminha apressadamente, entretanto, as forças mais profundas que a controlam só se deixam aflorar após um longo período e sob formas confusas e, não raro, enigmáticas. A prudência de que se reveste esta assertiva serve aqui como um sinal amarelo, advertindo para os riscos de se tentar fazer da história um oráculo, cuja decifração permite um diagnóstico preciso dos seus desdobramentos e causas.

Ricoeur já havia assinalado que "*l'histoire est essentiellement equivoque, en ce sens qu'elle est virtuellement événementielle et virtuellement structurelle, La histoire*" - diz ele - "*est réellement le royaume de l'inexact.*" (RICOEUR, 1967)

A advertência de Ricoeur de que a história é o reino do inexato é de fundamental relevância para todo aquele que tente, mesmo sinopticamente, delinear um panorama da corrupção e de como ela historicamente se manifestou, em particular na cultura brasileira.

Corrupção é um termo múltiplo e complexo, suscetível de diferentes formas de manifestação no contexto sócio-político e econômico das nações. Observe-se que não se trata de um problema pontual que afete apenas esta ou aquela nação isoladamente e sim um traço, poder-se-ia dizer, como que inerente à natureza humana que eclode ao longo do processo histórico de forma enredada, randômica e indiscriminada. Mas é também verdade que existe uma simbiótica associação entre a corrupção, o subdesenvolvimento e as crises econômicas que afetam os sistemas

---

<sup>1</sup> Coordenador do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã.

políticos. Ela abre margem para que certas lideranças, em adotando uma fisionomia populista, demagógica e corporativista explorem a ingênua credibilidade das massas carentes de proteção e amparo, com o propósito de usá-la como um escudo que as protege contra denúncias do uso indevido do erário público em seu favor. Disseminando-se de forma obscura e dissimulada, praticamente invisível, os agentes da corrupção se infiltram como uma praga, nos diversos partidos políticos, inclusive através de coalizões com outras legendas com os quais sequer mantém afinidades ideológicas. O que, em última análise os une é o incontido ímpeto de subrepticamente apropriar-se dos recursos do tesouro nacional para o enriquecimento ilícito.

Do ponto de vista político, como corretamente já advertira Platão na "República", o povo necessita de dirigentes que estejam com as vistas exclusivamente sintonizadas para o bem da cidade e dos cidadãos e não, como o fazem meros políticos que tentam chegar ao poder, oferecendo ao povo algumas benesses, ao invés de patrocinarem as condições de possibilidade para que ele descubra o que é realmente bom para ele.

Das inúmeras instâncias de suas manifestações e a título de ilustração de como tal fenômeno transcende periodizações históricas, dê-se aqui relevo a um fato ocorrido no antigo Império Romano, império esse considerado um dos maiores, senão o maior modelo de dominação política e expansionismo geográfico que se tem ideia na história do mundo ocidental e que só encontraria um possível paralelo, sob outra feição, no processo colonial do Império Britânico.

O episódio que ora vem à tona está relacionado à acusação contra Lúcio Sérgio Catilina perante o Senado Romano, levada a efeito pelo famoso filósofo e jurisconsulto Marco Túlio Cícero; acontecimento, diga-se de passagem, cuja ocorrência está diretamente ligada ao início da decadência institucional e moral do aludido Império.

Catilina, militar e Senador Romano, tentou seguidas vezes derrubar a República, minando o poder do Senado. Forjou ademais um atentado contra a vida do próprio Cícero. Seu histórico de vida

política esteve pontilhado de crimes violentos, praticados as expensas de recompensas financeiras, obtidas em retribuição por seus cometimentos. Radical e irascível era um mestre da demagogia; colocava-se sempre como um intransigente defensor dos interesses dos pobres e dos oprimidos. Há notícia inclusive de que tenha mandado assassinar o seu próprio filho. Estamos nos anos 50 A/C e, ressalte-se, predomina em todo Império um surto de corrupção política, temperado por um clima de graves violências.

Canalizando o problema agora para a realidade brasileira, observa-se que a literatura nacional tem sido prolífica em relação ao tema. Sérgio Buarque de Holanda em "Raízes do Brasil", Raymundo Faoro em "Os Donos do Poder", Caio Prado Júnior na sua "História Econômica do Brasil" ou ainda Florestan Fernandes, Antônio Cândido e Roberto da Matta, autores dessas obras clássicas, analisaram profundamente a história e a cultura brasileiras fazendo inclusive várias referências à temática da corrupção. Problemas como o "afilhadismo" o "paternalismo" – são tipologias historicamente longínquas e que já se incorporaram à paisagem dos comentários políticos jornalísticos como modelos clássicos de relações promíscuas entre o público e o privado. Mais modernamente, fazem parte do rol dessas condutas éticas e juridicamente condenáveis expressões como propina, tráfico de influências, evasão de divisas, caixa dois, nepotismo, só para citar algumas dessas tipologias. Se na maioria delas há uma predominância de relações espúrias entre agentes públicos e privados, isso, contudo não exclui a hipótese de que a corrupção não possa também ocorrer apenas entre agentes públicos, ou mesmo que se circunscreva tão somente à seara dos interesses privados. Quanto a esses últimos, em países como os Estados Unidos, por exemplo, o controle sobre ilícitos de natureza privada é rigoroso e as punições severas.

Compreender de forma mais apropriada como esse fenômeno teve origem no Brasil requer que se faça inicialmente uma sucinta incursão acerca da mentalidade dos nossos colonizadores e quais os propósitos que os moveram.

Sobre o espírito que presidiu a aventura desbravadora de Cabral, há um fato isolado que possibilita inferências mais genéricas acerca da mentalidade do colonizador. Tal ocorrência pode ser considerada simbolicamente como o primeiro ato de nepotismo praticado no Brasil, em 1º de maio de 1500. Trata-se da missiva de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal D. Manuel, comunicando o sucesso do empreendimento e descrevendo com riqueza de detalhes a terra descoberta. Caminha, após alardear a sua fidelidade e o desejo de continuar bem servindo ao soberano, encerra o documento solicitando ao Rei a graça de fazer voltar a Portugal o seu genro Jorge Osório que fora degredado para a ilha de São Tomé, em virtude de ter praticado assalto à mão armada em Lisboa. Servia-se, assim, da função pública que lhe fora atribuída pelo poder vigente para obter uma benesse que exculpasse um criminoso, o seu genro, reintegrando-o à Corte Portuguesa.

*"E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê mande vir da ilha de São Tomé a Jorge Osório, meu genro – o que d'Ela receberei com muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro da Vossa ilha de Vera Cruz, hoje sexta-feira 1º dia de maio de 1500."*

Quanto aos propósitos que moveram o colonizador, ficara bem evidente que não havia qualquer projeto de nação para a nova colônia. A empreitada era tipicamente aventureira, predatória. As ações se direcionavam direta e exclusivamente à exploração extrativista das riquezas vegetais e minerais, tudo às expensas do trabalho escravo de negros e aborígenes, temperado por um promíscuo intercurso entre o público e o privado. As Capitânicas Hereditárias<sup>2</sup> foram não só o berço que embalou originariamente

---

<sup>2</sup> A Colônia foi dividida em 15 áreas intituladas Capitânicas Hereditárias e distribuídas com pequenos nobres da Coroa Portuguesa, dando continuidade a

essas práticas, mas o ventre - digamos assim – no qual foi gestado mais tarde, outra categoria não menos perniciosa: a do coronelismo, um tipo de dominação que encontrou solo fértil sobretudo a partir do Segundo Império. O coronel via de regra, era detentor de vastas porções de terra, embora essa não fosse uma *conditio sine qua* ao exercício do coronelato, uma vez que a sua força provinha nomeadamente do respaldo do próprio sistema político. No município o coronel exercia um poder praticamente absoluto, prendendo, julgando, condenando e não raro executando quem se opusesse ao seu mandonismo. Ademais, ressalte-se, o coronel representava politicamente a *longa manus* do governo estadual e, eventualmente, do federal. Desfrutando de alto prestígio no seio da aristocracia rural e urbana, a influência e o poder político dos coronéis, em particular no controle do processo eleitoral, infiltravam-se pela história do país, servindo a interesses locais, regionais e mesmo nacionais. Exercendo forte influência sobre Delegacias de Polícia, Cartórios, Prefeituras e instâncias do Poder Judiciário, sua "soberania" se estendeu ao longo dos períodos, imperial e republicano, só vindo a arrefecer – sem, contudo, se extinguir - a partir da segunda metade do século XX. Raymundo Faoro, trata a questão no Cap. XIV de "Os Donos do Poder" sob o título "O Sistema do Coronelismo" (Vol II, 622-631)<sup>3</sup>

O Coronelismo, tornou-se um tipo de dominação que encontrou solo fértil sobretudo no Segundo Império; sobreviveu, substancialmente, às expensas do poder publico local e estadual, explorando a miséria e o abandono da população rural, perpetrando incontidas violências contra o trabalhador do campo.

---

uma política colonialista já adotada nas Ilhas dos Açores e da Madeira, Tratava-se de uma tentativa de conciliar os interesses do capitalismo nascente e as práticas feudais. O Donatário era investido de poderes absolutos para administrar, legislar, julgar e aplicar penas, inclusive a de morte.

<sup>3</sup>" O coronel, por isso que se integra no poder estadual, constituindo o governador a espinha dorsal da vida política, representa uma forma peculiar de delegação do poder público no campo privado." (...) "Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder num pacto não escrito."

A obra literária de João Cabral de Melo Neto "Morte e Vida Severina" é um bordado com tonalidades matizadas da vida sem significado do camponês; da brutalidade que estigmatizou o seu trágico destino; o poema é uma síntese dessa amarga existência e a sua vida, apesar de marcada pela dor, não destroi, contudo, um tênue fio de esperança que lhe permite, mesmo que episodicamente, minimizar as suas angústias (como no caso do nascimento do filho de Severino); tudo se entrelaça numa das mais belas e sensivelmente comoventes alegorias da vida do trabalhador rural nordestino.

Uma ilustração da visão arbitrária e violenta do coronelismo pode-se induzir de um trecho da obra de João Cabral que se refere ao enterro de um trabalhador do eito onde se ouve o que dizem acerca do morto os amigos que o levaram ao cemitério<sup>4</sup> (Neto, 1984). A estrofe simboliza, numa espécie de trágica ironia, a forma brutal de dominação exercida pelos senhores da terra sobre os camponeses; para o dono do latifúndio, o único pedaço de terra que efetivamente caberia àquele seria os sete palmos de terra que servirão de cova para enterrá-lo..

Chega-se, assim, nos dias atuais e revestida sob formas mais sofisticadas, ao paroxismo da onda de corrupção que assola a nação brasileira. O conjunto de leis que, ao longo do tempo, vem sendo formalmente aprovadas com o intento de coibir essas práticas e ressalte-se - o nosso apetite legisferante é realmente pantagruélico – permite facilmente inferir que o problema, sob essa ótica, dificilmente será resolvido. É, por conseguinte, imperativo uma mudança radical na própria cultura brasileira que venha a imprimir novos hábitos e condutas pautadas numa visão de mundo que privilegie um genuíno modelo de ética que não transija com os

---

<sup>4</sup> Esta cova em que estás com palmos medida, é a conta menor que tiraste em vida. É de bom tamanho, nem largo nem fundo, é a parte que te cabe deste latifúndio. Não é cova grande, é cova medida é a terra que querias ver dividida. É uma cova grande para o teu pouco defunto, mas estarás mais ancho que estavas no mundo. É uma cova grande para o teu defunto parco, porém mais do que no mundo te sentirás largo. É uma cova grande para tua carne pouca, mas a terra dada não se abre a boca."

corruptos que se escudam nas muralhas do Estado, no prestígio dos cargos públicos e no respaldo populista com que pretendem blindar suas ações criminosas.

Todavia, não se poderia omitir, sob pena de adotar uma visão unilateral e negativista da nossa cultura que, apesar da acelerada degradação a que a vida brasileira foi e vem sendo estigmatizada, através do fio condutor da corrupção que alinhava a nossa vida social e política, houve, não obstante, nítidos episódios que historicamente comprovam o heroísmo de alguns líderes nacionais, além de várias manifestações populares que se destacaram na luta contra essas práticas corruptas. Momentos críticos, mas paradigmáticos nos quais a interveniência inconformada dessas pessoas e grupos foi decisiva para fazer, ao menos momentaneamente, estancar o arbítrio dos poderosos e a sangria nas veias da nação; de se oporem a facções políticas cuja cobiça e avidéz tinham como propósito impor, a qualquer custo, os seus espúrios interesses, sobrepondo-os aos valores institucionais e morais da coletividade.

Faça-se, aqui referência aos seguintes episódios que ilustram essa assertiva: no início do processo de colonização, apesar da violência perpetrada contra os índios e em sucessivo quanto os negros vindo da África, há que se destacar o trabalho desenvolvido por alguns Padres Jesuítas que vieram de Portugal com o propósito de cristianizar os nativos. Refiro-me, particularmente aos padres Nóbrega, Anchieta e Antônio Vieira, dentre outros. Nóbrega, sobretudo, foi considerado um intransigente defensor dos índios e do seu legado cultural. Foi ele responsável pela criação, ainda em 1540, do primeiro Colégio dos Meninos de Jesus na Bahia, abrigando, conjuntamente crianças de diferentes etnias; outros tantos Colégios dessa natureza foram criados em Pernambuco, São Vicente e São Paulo. Padre Anchieta, inclusive, elaborou uma gramática da língua Tupi-Guarani, com o propósito de educar as crianças da colônia utilizando como idioma oficial a língua dos aborígenes; menção especial também deve ser dada à participação de certos atores na luta pela abolição da escravatura, no século XIX, nomeadamente em relação a emblemática figura do

abolicionista Joaquim Nabuco; e, *last but not least*, merece especial relevo os movimentos pelas diretas-já, bem como o impeachment contra o Presidente Fernando Collor, no final do século passado, todos exemplos paradigmáticos dessas ações.

Uma vez que os dois últimos episódios ainda permanecem relativamente nítidos na memória nacional, dê-se destaque apenas "*en passant*", ao problema da abolição da escravatura, em virtude dos efeitos que, a longo prazo, provocou na cultura nacional e os conflitos políticos que suscitou, inclusive do ponto de vista das suas negativas repercussões internacionais que, à época, produziram um considerável desgaste à imagem da nação; ressalte-se, entretanto, que à margem da avidez intransigente dos partidos conservadores e das facções escravocratas nacionais que obstinadamente se opunham à abolição, não se deve abstrair do contexto desse episódio o fato de que certas nações, particularmente a Inglaterra, de forma um tanto quanto oportunista, não só fez ameaças, mas perpetrou retaliações contra navios brasileiros, menos –ressalte-se – por razões humanitárias e muito mais por motivações econômicas e políticas.